

# CRESCIMENTO INVISÍVEL? O AUMENTO DA POPULAÇÃO MIGRANTE EM CURITIBA

*INVISIBLE GROWTH? THE INCREASE IN THE MIGRANT POPULATION IN CURITIBA*

*¿CRECIMIENTO INVISIBLE? EL AUMENTO DE LA POBLACIÓN MIGRANTE EN CURITIBA*

Karen Cani da Costa Drabach<sup>1</sup>  
Patricia Fabiana França<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo analisa o perfil sociodemográfico da população migrante atendida pela Política de assistência social no município de Curitiba entre os anos de 2021 e 2024. A partir da sistematização dos dados dos relatórios do MigraCidades (2020, 2021, 2022 e 2023) e dados do Cadastro Único (Programa Social do Governo Federal), com recorte de 2019 a 2024 – foi possível identificar padrões de atendimento relacionados à origem, faixa etária, composição familiar, inserção socioeconômica e barreiras linguísticas. Os dados revelam um cenário de diversas vulnerabilidades, que desativam políticas públicas intersetoriais sensíveis à diversidade cultural. O artigo ainda discute os desafios da inclusão plena dos migrantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com base em princípios de justiça social e governança migratória local.

**Palavras-chave:** migração; assistência social; Curitiba.

## Abstract

This article analyzes the sociodemographic profile of the migrant population served by the social assistance policy in the city of Curitiba between the years 2021 and 2024. Based on the systematization of data from the MigraCidades reports (2020, 2021, 2022 and 2023) and data from the Single Registry (Social Program of the Federal Government), with a cut from 2019 to 2024 – it was possible to identify patterns services related to origin, age group, family composition, socioeconomic insertion and language barriers. The data reveals a scenario of diverse vulnerabilities, which deactivate intersectoral public policies sensitive to cultural diversity. The article also discusses the challenges of full inclusion of migrants in the Unified Social Assistance System (SUAS), based on principles of social justice and local migration governance.

**Keywords:** migration; social assistance; Curitiba.

## Resumen

El presente artículo analiza el perfil sociodemográfico de la población migrante atendida por la política de asistencia social en el municipio de Curitiba entre los años 2021 y 2024. A partir de la sistematización de los datos de los informes de MigraCidades (2020, 2021, 2022 y 2023) y de los datos del Cadastro Único (Programa Social del Gobierno Federal), con un recorte de 2019 a 2024, fue posible identificar patrones de atención relacionados con el origen, la franja etaria, la composición familiar, la inserción socioeconómica y las barreras lingüísticas. Los datos revelan un escenario de múltiples vulnerabilidades, que desactivan políticas públicas intersectoriales sensibles a la diversidad cultural. El artículo también discute los desafíos de la inclusión plena de los migrantes en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS), con base en principios de justicia social y gobernanza migratoria local.

**Palabras clave:** migración; asistencia social; Curitiba.

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia - UFPR, Especialista em Análise do Comportamento Aplicada - CBI of Miami e Neurociências – PUC-PR, graduação em Psicologia – FEMPAR. Psicóloga do município de Curitiba/PR

<sup>2</sup> Especialista em Gestão Pública – UEPG e Gestão de Políticas, programas e Projetos PUC-PR, graduação em Serviço Social - UNC. Assistente Social do município de Curitiba/PR.

## 1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tem se consolidado como destino de diversas questões migrantes e refugiadas, atraídas por razões econômicas, políticas, ambientais e humanitárias. Em especial, os centros urbanos passaram a abrigar contingentes significativos desses grupos, o que impõe novos desafios à estrutura e à oferta de políticas públicas, especialmente no campo da assistência social. Curitiba, capital do Paraná, destaca-se como um polo regional de acolhimento e circulação migratória, recebendo um número crescente de migrantes internacionais com perfis diversos. Essa diversidade envolve nacionalidades, línguas, trajetórias de migração e situações administrativas distintas, ou que se repercutem diretamente no modo como esses sujeitos acessam direitos sociais.

Nesse contexto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha papel central ao oferecer proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, inclusive os migrantes. Contudo, o acesso eficaz desses grupos aos serviços e os benefícios do SUAS dependem de uma série de fatores, entre eles a compreensão das especificidades sociodemográficas da população migrante.

A análise do perfil sociodemográfico é fundamental para subsidiar o planejamento e a qualificação das respostas institucionais. Conhecer as características de gênero, idade, nacionalidade, composição familiar e demanda por serviços pode contribuir para políticas públicas mais eficazes, equitativas e culturalmente sensíveis.

Com base no relatório Migracidades (2023), publicado em 2024, que sistematiza dados de atendimento da assistência social a migrantes internacionais no município entre 2021 e 2023, este artigo tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico da população migrante atendida pelos serviços socioassistenciais da cidade, com ênfase nas variáveis de sexo, faixa etária, nacionalidade, composição familiar e tipo de atendimento. Além de contribuir para o debate acadêmico sobre migração e políticas públicas, o estudo pretende oferecer subsídios práticos para a gestão de políticas locais externas a essa população, trazendo à tona a necessidade de políticas públicas municipais para migrantes.

A migração internacional é um aspecto complexo, multidimensional<sup>3</sup> e estruturalmente vinculado às desigualdades globais. No Brasil, embora historicamente marcado por fluxos migratórios europeus e asiáticos, o cenário contemporâneo inclui migrantes sul-americanos,

---

<sup>3</sup> De acordo com o Dicionário Michaelis (s/data) multidimensional refere-se a várias dimensões, aspectos ou campos. Para exemplificar o termo, segundo Yazbek (2009) a pobreza, expressão direta das relações sociais, certamente não se reduz às privações materiais. Assim, a pobreza não é somente o não acesso a bens, mas é um fenômeno multidimensional, que envolve privações diversas áreas da vida humana, está ligada a carência de direitos, de oportunidades, informações, possibilidades.

africanos e caribenhos, muitos em condição de refúgio ou vulnerabilidade econômica. De acordo com Sassen (2007), as dinâmicas migratórias estão diretamente conectadas aos processos de globalização, exclusão e mobilidade forçada. A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei n.º 8.742/1993), o acesso à assistência social foi consagrado como direito de todo indivíduo em situação de vulnerabilidade, independentemente da nacionalidade.

A nova Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017) reforça essa perspectiva ao reconhecer os direitos sociais dos migrantes no território nacional. O SUAS, implantado a partir de 2005, é a principal política pública responsável pela proteção social básica e especial, sendo porta de entrada para o acolhimento de migrantes em situação de vulnerabilidade. Entretanto, o atendimento ainda enfrenta limites relacionados à documentação, barreiras linguísticas e limitações de políticas intersetoriais. O conceito de cidadania social, desenvolvido por Marshall (1967), aponta para o direito de todos os indivíduos ao bem-estar social, por meio do acesso à educação, saúde, habitação e assistência. No entanto, essa cidadania pode ser limitada aos migrantes, especialmente àqueles em situação irregular ou com menor domínio da língua e cultura locais. Diversos autores (Santos, 2007; Baeninger, 2018) chamam atenção para o que se pode chamar de cidadania precária ou cidadania migrante, caracterizada por um acesso parcial, desigual e muitas vezes intermitente aos direitos garantidos na lei.

A abordagem interseccional, proposta inicialmente por Crenshaw (1991), que permite compreender como múltiplas dimensões de identidade – como raça, gênero, nacionalidade e classe – se cruzam para produzir desigualdades específicas. No caso das migrações, essa perspectiva é essencial para compreender como diferentes sujeitos vivenciam o processo migratório e o acesso às políticas públicas. Mulheres migrantes, por exemplo, muitas vezes enfrentam dupla vulnerabilidade: como migrantes e como mulheres em contextos de trabalho precarizados, violência de gênero ou monoparentalidade. Crianças e adolescentes migrantes, por sua vez, exigem políticas específicas que considerem sua condição de mobilidade e sua integração social e educacional.

A análise de dados sociodemográficos são ferramentas fundamentais para a formulação de políticas públicas efetivas e inclusivas. Como destacam Cunha e Rodrigues (2021), o uso de provas permite adequar os serviços às reais necessidades das solicitações atendidas, otimizando recursos e fortalecendo a atuação do Estado. Nesse sentido, analisar os dados do SUAS sobre o atendimento aos migrantes não é apenas um exercício técnico, mas uma estratégia política para garantir visibilidade, planejamento e reconhecimento da diversidade migratória existente no território urbano de Curitiba.

A atuação da psicologia referente ao fenômeno migratório no país, incluindo Curitiba, vem ganhando relevância diante do crescimento da população migrante na cidade e das demandas sociais associadas à inclusão, saúde mental e enfrentamento de preconceitos. Segundo os relatórios do projeto MigraCidades, Curitiba tem se tornado um dos principais destinos de migrantes internacionais no Sul do Brasil, especialmente pessoas provenientes da Venezuela, Haiti, Senegal, Síria e alguns países latino-americanos. A chegada dessas populações impõe desafios à rede de atenção psicossocial, exigindo que a psicologia desenvolva práticas fundamentadas na escuta qualificada, na interculturalidade e na defesa dos direitos humanos (CFP, 2017; MigraCidades, 2020).

Nesse contexto, a psicologia compreende que esses movimentos migratórios envolvem rupturas identitárias, emocionais e comunitárias, o que pode levar a situações de sofrimento psíquico, luto migratório e sentimento de exclusão. Em Curitiba, muitos migrantes enfrentam barreiras linguísticas, o que pode dificultar acesso aos serviços básicos, o que reforça a necessidade de uma escuta sensível e de intervenções que articulem os aspectos subjetivos às dinâmicas sociais e institucionais. O compromisso ético da psicologia com a população migrante está na construção de redes de acolhimento e na atuação em espaços como escolas, serviços de assistência social e unidades de saúde, com atenção especial às especificidades culturais e contextuais (Martins, 2019; CFP, 2018; Oliveira, 2019).

A atuação psicológica destaca-se por promover abordagens que valorizem a escuta ativa, o acolhimento humanizado e o fortalecimento da resiliência dos migrantes, reconhecendo suas trajetórias e saberes como elementos fundamentais para sua superação (Machado; Barros; Martins-Borges, 2019); Organização Mundial da Saúde [OMS], 2018). No contexto de Curitiba, cuja população migrante é caracterizada pela diversidade e frequente vulnerabilidade social, as práticas psicológicas demandam uma atenção específica às condições locais, tais como o acesso restrito a serviços e a presença de redes de proteção social. Pesquisas indicam que intervenções psicológicas comunitárias, com enfoque intercultural e articuladas às políticas públicas, são estratégias eficazes para a promoção da saúde mental e para a inclusão social desses grupos (MigraCidades, 2020; Barros, 2019) mobilizando saberes e práticas que favorecem a construção de ambientes mais acolhedores e socialmente justos para a população migrante em Curitiba.

## **2 Metodologia**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e documental, considerando que tal estratégia possibilita a compreensão crítica das práticas institucionais e dinâmicas sociais (Godoy, 1995; Bowen, 2009). De acordo com Bowen (2009) a análise documental é um método sistemático que examina documentos como fontes ricas e contextualizadas de evidência empírica. Na perspectiva de Godoy (1995), a pesquisa documental é uma modalidade válida dentro da investigação qualitativa, definindo suas possibilidades, métodos e limites. No campo da política social, a análise documental tem sido amplamente utilizada para interpretar e avaliar ações estatais, como destaca Behring (2008), sobre a importância de compreender a lógica institucional e os desafios históricos do SUAS, e reforça a importância da leitura crítica das normativas, relatórios e evidências produzidas pelas próprias instituições públicas.

A pesquisa baseou-se na análise de quatro relatórios públicos disponibilizados na Plataforma MigraCidades/UFRGS, que integram informações relacionadas às políticas migratórias e à assistência social no município de Curitiba. Os documentos analisados foram: o Perfil de Governança Migratória Local do Município de Curitiba (2020 e 2021), os Relatórios de Seguimento e de Atualização (2022 e 2023), o Relatório Curitiba (2020) e um recorte de dados do Cadastro Único de 2019 a 2024.

A análise documental priorizou os indicadores sociodemográficos, as estatísticas de acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como os registros de barreiras e vulnerabilidades apontadas pela população migrante. Assim, a seleção e interpretação dos documentos buscaram compreender não apenas os dados em si, mas também os sentidos que expressam sobre os direitos sociais, a proteção social e os desafios da política migratória no contexto municipal.

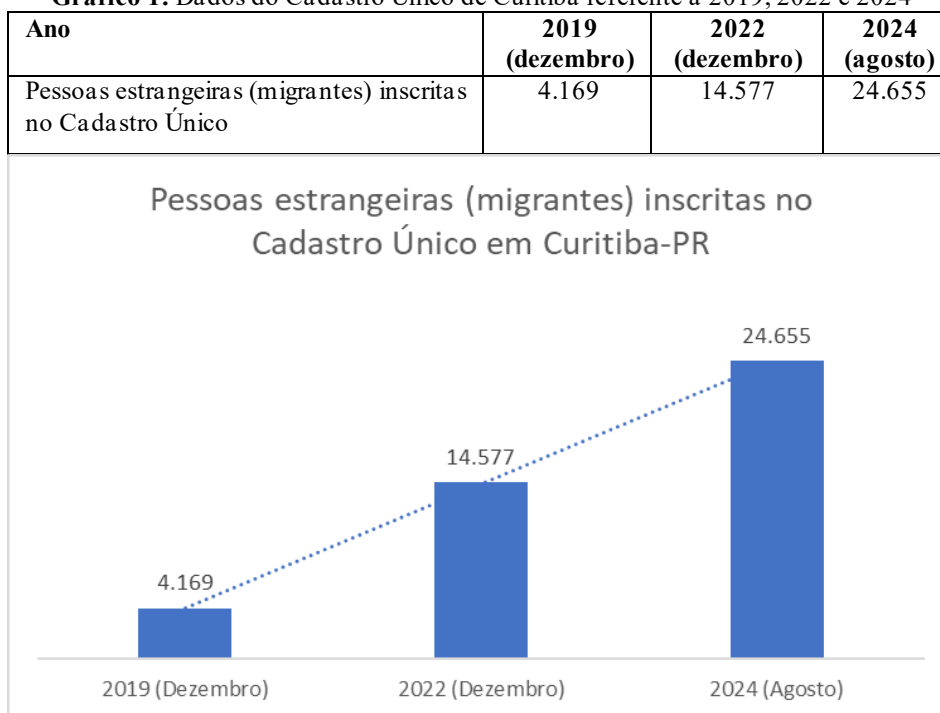
## **3 Resultados e discussão**

Os dados do MigraCidades (2023) indicam que a população migrante atendida pelos serviços de assistência social em Curitiba, entre 2021 e 2023, é composta majoritariamente por cidadãos de origem venezuelana, haitiana, congoleza e senegalesa. Há também registros de migrantes de países como Cuba, República Dominicana e Síria, embora em menor número. Os venezuelanos (7.302) lideraram o número de interiorização, sobretudo em atendimentos nos serviços de acolhimento e no Cadastro Único.

Já no relatório MigraCidades (2022) os dados revelam uma concentração significativa de migrantes na faixa de 25 a 39 anos, com predominância de mulheres, especialmente entre os venezuelanos. Em muitas famílias, as mulheres são chefes de domicílio. Os dados mostram também uma alta presença de crianças e adolescentes, o que exige atenção especial às políticas de proteção e educação. Analisando os dados dos relatórios MigraCidades (2023 e 2022), verifica-se que grande parte dos migrantes vive em condição de vulnerabilidade extrema, com renda familiar *per capita* abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, alta incidência de trabalho informal e habitação precária. Muitos declararam dificuldades de acesso a alimentos básicos, configurando quadros de insegurança alimentar grave.

Segundo o MigraCidades (2023) a maioria dos migrantes atendidos possui nível médio de escolaridade, mas as barreiras linguísticas, principalmente entre haitianos (que falam crioulo haitiano) e congoleses (francês ou línguas bantas), dificultando o acesso aos serviços públicos. Há também registros de analfabetismo funcional em português. O número de migrantes inscritos no CECAD/Cadastro Único (CadÚnico) cresceu de forma significativa entre 2019 e 2024. Segundo os dados em dez/2019 existiam 4.169 pessoas estrangeiras (migrantes) inscritas no Cadastro Único. Em dezembro/2022 esse número aumentou para 14.577 pessoas estrangeiras e em agosto de 2024 esse número foi para 24.655 pessoas estrangeiras, conforme mostra gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Dados do Cadastro Único de Curitiba referente a 2019, 2022 e 2024



Fonte: CECAD/Cadastro ÚNICO 2019-2024

O CECAD é uma ferramenta que permite acessar e analisar os dados do Cadastro Único de forma *online*, para consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico permitindo conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único do município.

Embora haja um recorte de dados não igualitário nos anos de 2019, 2022 e 2024 que reflete 4 meses antes (agosto ao invés de dezembro) que os outros anos, ainda assim, é notável a crescente exponencial do público migrante estrangeiro ao longo dos anos nesse município. Os serviços mais procurados pela população migrante, segundo os dados do MigraCidades (2023), são:

- Centros de Referência em Assistência Social (CRAS);
- Benefícios específicos (como cestas básicas);
- Serviços de acolhimento institucional e provisório.

Esse avanço sugere tanto um aumento na população migrante quanto uma maior articulação entre os serviços de assistência social, demais políticas públicas e as estratégias de inclusão social e acesso a direitos dessa população. A maior presença no CadÚnico também pode refletir a intensificação das situações de vulnerabilidade, pobreza e insegurança alimentar vividas por esse público.

A partir dos dados apresentados, é possível analisar sob perspectiva da intersecção. Segundo Alves (2018), a apreensão da interseccionalidade como recurso analítico-crítico se torna indispensável à compreensão das múltiplas expressões da questão social no Brasil. No campo do Serviço Social, essa abordagem contribui para a leitura da totalidade social, considerando a articulação entre opressões estruturantes como o racismo, o sexismo e a exploração de classe. O termo “interseccionalidade” foi proposto por Crenshaw (2002) para evidenciar como diferentes formas de opressão não operam isoladamente, mas de maneira combinada e simultânea, moldando experiências de desigualdade. Collins e Bilge (2020) reforçam essa perspectiva ao apontar que tais opressões compõem uma matriz de dominação que organiza a vida social. No contexto brasileiro, como analisa Alves (2018), a abordagem interseccional ganha densidade ao incorporar os efeitos históricos da colonialidade e das desigualdades estruturais persistentes. Dessa forma, torna-se fundamental reconhecer o caráter crítico, antirracista e equitativo que atravessa a perspectiva interseccional, orientando análises comprometidas com a justiça social e com a transformação das estruturas de dominação.

Entende-se que a análise do perfil sociodemográfico da população migrante atendida pela assistência social em Curitiba revela um cenário de vulnerabilidades múltiplas, marcado

pela intersecção entre raça, gênero, nacionalidade e classe social. Mesmo com os avanços na estrutura institucional curitibana ainda há lacunas na efetivação dos direitos sociais. As barreiras linguísticas, a ausência de intérpretes, por exemplo, compromete a escuta nos equipamentos da assistência social, a falta de documentos regulares desses usuários dificulta a integração plena de acesso aos seus direitos.

Entre 2019 e 2024, o número de migrantes estrangeiros inscritos no Cadastro Único em Curitiba passou de 4.169 para 24.655 pessoas, o que representa um crescimento de 491,38% no período. Esse dado reforça o que os relatórios MigraCidades já apontavam: a intensificação do processo migratório e o aumento da vulnerabilidade social desses grupos. Diante disso, o SUAS se vê desafiado a adaptar suas formas de acolhimento, atendimento e acompanhamento, incorporando práticas antirracistas, multilíngues e sensíveis às diferentes formas de opressão vividas por essa população.

Esse aumento de quase 500% no número de migrantes inscritos no Cadastro Único, demandam por serviços e benefícios socioassistenciais com crescimento significativo, desafiando a capacidade instalada da rede de atendimento. Esse dado dialoga diretamente com os relatórios MigraCidades (2024 e 2023) que apontam a ampliação das vulnerabilidades econômicas, habitacionais e alimentares enfrentadas por pessoas migrantes.

Esse crescimento demográfico e social deve incluir uma ampliação dos recursos humanos, a institucionalização de práticas interculturais e a garantia da presença de intérpretes ou mediadores culturais nos serviços de assistência social. Sem isso, corre-se o risco de desigualdade de desenvolvimento já vivido por esses grupos historicamente invisibilizados aumentar.

A presença significativa de crianças e adolescentes migrantes evidencia a necessidade de políticas públicas intersetoriais entre assistência social, saúde e educação, conforme já sinalizado desde o Relatório Curitiba (2020). É mais que necessário fortalecer a gestão integrada de políticas públicas (segurança alimentar, saúde, assistência social, educação) para que as ações sejam estratégicas e visem garantir o princípio da eficiência no serviço público.

#### **4 Conclusão**

A análise do perfil sociodemográfico da população migrante atendida pela assistência social em Curitiba, com base nos dados dos relatórios MigraCidades de 2020 a 2024, evidencia um panorama complexo de vulnerabilidades que demandam respostas institucionais intersetoriais, contínuas e culturalmente sensíveis. Verificou-se que a maior parte da



população migrante atendida pelo SUAS é composta por mulheres, jovens adultos e crianças oriundas principalmente da Venezuela, Haiti e República Democrática do Congo. Essas pessoas enfrentam desafios específicos relacionados à pobreza extrema, insegurança alimentar, dificuldades linguísticas, racismo institucional e desinformação sobre seus direitos.

Apesar dos avanços institucionais na governança migratória local, ainda persistem obstáculos na efetivação plena dos direitos sociais para essa população. As barreiras documentais, culturais e linguísticas continuam limitando o acesso e a permanência nos serviços públicos. Esse panorama ganha ainda mais relevância diante dos dados mais recentes do Cadastro Único, que aponta um crescimento de 491,38% no número de pessoas migrantes estrangeiras inscritas em Curitiba entre 2019 e 2024. Esse salto quantitativo reforça os dados dos relatórios MigraCidades sobre a intensificação das migrações internacionais em direção ao município e o aumento das situações de vulnerabilidade vividas por essa população.

Observa-se um aumento na participação de migrantes nos atendimentos presenciais oferecidos pelos equipamentos de assistência social para inclusão no CadÚnico o que expressa tanto o avanço das políticas de acesso a direitos quanto a persistência de desigualdades estruturais que afetam de modo interseccional relacionado por classe, raça, gênero, nacionalidade e território. Nesse sentido, a articulação entre os dados dos relatórios das MigraCidades (2024 e 2023) e os diagnósticos institucionais de 2020 e 2021 reforçam a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada para a inclusão social dos migrantes e fortalece a tese da multidimensionalidade da vulnerabilidade migrante. Nesse sentido, a psicologia e a Assistência Social contribuem no desenvolvimento de redes de acolhimento, em diferentes políticas públicas a fim de que esse processo ocorra com escuta empática e minimize impactos traumáticos nesse cenário sensível e incompreendido por muitas pessoas migrantes que reiniciam novos ciclos de sobrevivência.

Assim, a ampliação do atendimento não pode ocorrer sem uma transformação qualitativa das práticas socioassistenciais, com abordagem intercultural, antidiscriminatória e centrada nos direitos humanos. O aprimoramento das políticas públicas locais deve considerar a especificidade dos perfis migratórios, incorporando estratégias que valorizem a escuta ativa, a tradução/interpretação comunitária e a participação social dos migrantes na formulação das ações. Por isso, é fundamental a participação intersetorial nesse público que necessita de diferentes atendimentos de diversas políticas públicas. Curitiba tem avançado na institucionalização da política migratória, incluindo uma Secretaria especializada na temática em 2025, mas ainda enfrenta desafios na implementação concreta de direitos – o que justifica a importância de artigos sobre o tema para uma análise empírica do perfil sociodemográfico

no SUAS. O fortalecimento desse sistema como espaço de acolhimento e inclusão é condição fundamental para garantir o direito à cidade e à dignidade humana dos migrantes que escolhem Curitiba como território de reconstrução de suas vidas.

## Referências

- ALVES, G. Colonialidade, interseccionalidade e crítica do trabalho no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 276–284, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.451>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rzb69ppWH7Y45RvBF8xyYrr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- BAENINGER, R. Migração internacional no Brasil contemporâneo: entre a crise e o planejamento. *In*: BAENINGER, R. (org.). **Populações e políticas no Brasil: onde estamos e para onde vamos?** Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 143–160.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. Política Social e Método. *In*: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas sociais: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOWEN, G. A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, v. 2, p. 27-40, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>.
- BRASIL. Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Ano CXXXI, n.º 233, 8 dez. 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 5 jun. 2025.
- BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Ano CLIV, n.º 99, 8 dez. 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 5 jun. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) com Imigrantes e Refugiadas(os)**. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/referencias\\_migrantes\\_refugiados\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/referencias_migrantes_refugiados_web.pdf). Acesso em: 24 jun. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia, Migração e Refúgio: o compromisso ético com os direitos humanos**. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-migracao-e-refugio-o-compromisso-etico-com-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. **Dados sobre pessoas migrantes em Curitiba, 2019- 2024**. Versão 2.0. CECAD, 2024. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/sobre.php>. Acesso em: 22 ago. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MACHADO, G. S.; BARROS., A. F. O.; MARTINS-BORGES, L. A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. REMHU – **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 79-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005506>. Acesso em: 24 jun. 2025

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. In: MARSHALL, T.H.; BOTTOMORE, T. **Cidadania e classe social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 63–118.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**: multidimensional. São Paulo: Melhoramentos, [sem data]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/multidimensional>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MIGRACIDADES. **Perfil de Governança Migratória Local do Município de Curitiba**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2020. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio\\_Curitiba.pdf](https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio_Curitiba.pdf). Acesso em: 5 jun. 2025.

MIGRACIDADES. **Perfil de Governança Migratória Local do Município de Curitiba**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2021/02/Migracidades%E2%80%93Curitiba.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MIGRACIDADES. **Relatório de Seguimento do Município de Curitiba**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2023/01/MigraSeg%E2%80%93Curitiba.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MIGRACIDADES. **Relatório de Atualização de Diagnóstico MigraCidades do Município de Curitiba**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2024/06/MigraSimp%E2%80%9393Curitiba.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025

OLIVEIRA, G. S. de. Migração, refúgio e a atuação da psicologia: desafios ético-políticos. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 415-431, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p415-431>. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17502/10094>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre saúde mental e migração**. Genebra: OMS, 2018.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 78, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

**Data de submissão:** 04/07/2025

**Data de aceite:** 25/07/2025